

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – ATA

1.1 – 35ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

### 2 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

### 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



**ATA**

## ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/5/2021

### Presidência dos Deputados Bernardo Mucida e Charles Santos

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 128/2021 (encaminhando medidas exonerativas relativas à proteção da economia do Estado, no que se refere à concessão de Regime Especial de Tributação em matéria de ICMS referente ao 1º trimestre de 2021), do governador do Estado – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 2.654/2021; Requerimentos nºs 7.865 e 7.879 a 7.889/2021 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Meio Ambiente e do Trabalho e do deputado Tito Torres – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Raul Belém, Bernardo Mucida e Carlos Pimenta, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Betão e Doutor Jean Freire – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Votação de Requerimentos: Requerimentos nºs 2.289, 2.291, 2.292 e 2.817/2019; aprovação – Requerimento nº 2.889/2019; aprovação com a Emenda nº 1 – Requerimentos nºs 3.729, 3.849 e 3.936/2019; aprovação – Requerimento nº 6.287/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 7.594/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Questões de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Gustavo Mitre – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### **Abertura**

O presidente (deputado Bernardo Mucida) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º–secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **1ª Fase (Expediente)**

##### **Ata**

– O deputado Betão, 2º–secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

##### **Correspondência**

– O deputado Charles Santos, 1º–secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

#### **MENSAGEM Nº 128/2021**

Belo horizonte, de 5 de maio de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Vossas Excelências – Senhoras e Senhores Deputados

Nos termos dos §§ 1º e 6º do art. 225 e do art. 225–A, ambos da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, encaminho a Vossas Excelências, para apreciação e ratificação dessa egrégia Assembleia e conhecimento do Povo Mineiro, as medidas exonerativas, adotadas pelo Poder Executivo, relativas à proteção da economia do Estado, no que se refere à concessão do Regime Especial de Tributação em matéria de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, referente ao 1º trimestre de 2021.

Essas medidas, conforme exposições de motivos elaboradas pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, dizem respeito basicamente a benefícios fiscais concedidos individualmente por meio de regimes especiais de tributação, a partir de requerimento do contribuinte.

A adoção dessas medidas tem por finalidade fomentar e proteger os setores específicos da economia estadual sujeitos a sofrer impactos negativos em decorrência de políticas econômicas instituídas por outros estados relativamente ao imposto supramencionado, possibilitar condições de competitividade aos contribuintes mineiros e evitar sua migração para outras unidades da Federação.

Segundo informações da SEF, nos termos do novel § 6º do art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975, não houve revogação, durante o 1º trimestre de 2021, das medidas adotadas anteriormente.

Esta mensagem segue acompanhada, por meio eletrônico, da relação dos benefícios fiscais concedidos e alterados.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados – e ao Povo Mineiro.

Romeu Zema Neto, Governador do Estado.

– O anexo a que se refere a mensagem está disponível no *link* a seguir:

**REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO – RET – E REGIMES ESPECIAIS – RE – CONCEDIDOS E ALTERADOS –  
ART. 225 E ART. 225–A DA LEI Nº 6.763, 1975****1º trimestre de 2021 – janeiro a março**<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/557/768/1557768.pdf>

– À Comissão de Fiscalização Financeira, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

**2ª Fase (Grande Expediente)****Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

**PROJETO DE LEI Nº 2.654/2021**

Dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica determinado que os feriados e os dias de pontos facultativos, preferencialmente, não se estendem aos servidores e aos demais trabalhadores envolvidos, direta ou indiretamente, no processo de vacinação contra Covid-19 enquanto perdurar a campanha estadual de imunização contra o Novo Coronavírus.

Parágrafo único – Os servidores e trabalhadores previstos no caput terão seus dias de trabalho pagos em dobro nos dias de feriados e de ponto facultativo enquanto perdurar a campanha estadual de imunização contra Covid-19.

Art. 2º – O Poder Executivo promoverá capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos localizados na ponta do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais – SUS-MG –, em especial os profissionais da Atenção Primária de Saúde – APS –, que atuam na Estratégia Saúde da Família – ESF –, em caráter emergencial, através de disponibilização de cursos de aperfeiçoamento e de especialização à distância, de curta ou média duração, oferecidos através da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais – ESP – e de universidades públicas, com a colaboração e facilitação das Diretorias Regionais de Saúde e Consórcios Intermunicipais de Saúde.

Parágrafo único – O Poder Executivo fornecerá aos profissionais da Atenção Primária de Saúde, materiais e equipamentos de proteção individual, testes para testagem de todos os casos suspeitos identificados por busca ativa, rastreamento de seus contatos, visando garantir que a Atenção Primária à Saúde promova o isolamento e o distanciamento sociais que garantam um controle efetivo, no território da moradia, da propagação do novo coronavírus e suas variantes que vierem a se fazer presentes na população do Estado.

Art. 3º – Fica criada a gratificação de incentivo de permanência Covid-19, destinada aos profissionais da saúde envolvidos no enfrentamento direto ou indireto à pandemia Covid-19.

Parágrafo único – A gratificação a que se refere o caput será devida ao profissional que em decorrência do aumento do número de leitos extrapolar o dimensionamento previsto pelo Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – Coren-MG – e pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais – CRM-MG – no valor de até 40% (quarenta por cento) da remuneração.

Art. 4º – O Poder Executivo tomará iniciativas junto à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, particularmente ao CT-Vacinas, para viabilizar os testes clínicos necessários para concluir o desenvolvimento, em curso naquela Universidade, da vacina contra a Covid-19, particularmente os testes das Fases 1, 2 e 3.

Parágrafo único – O Poder Executivo buscará articular recursos e investimentos que garantam as condições básicas para que a UFMG busque parcerias públicas ou público-privadas necessárias, que garantam, em território mineiro, as condições de infraestrutura, técnicas, tecnológicas, inovação e produção industrial de vacinas para a Covid-19, tanto para o novo coronavírus como suas variantes, e para outras doenças de interesse do Programa Nacional de Imunização.

Art. 5º – O Poder Executivo garantirá a instalação de hospitais de campanhas regionais, de acordo com as demandas locais, e medidas necessárias para o avanço célere do processo de vacinação no Estado.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Celinho Sintrocel (PCdoB)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### REQUERIMENTOS

Nº 7.865/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que inclua na ordem prioritária de grupos de vacinação os trabalhadores da coleta de lixo. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.879/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH – pedido de providências com vistas a que seja assegurada a proteção dos cidadãos do Município de Divinópolis Sra. Lohanna França, vereadora, Sr. Warlon Carlos Elias, presidente do Conselho Municipal de Saúde, e Laiz Soares, ex-candidata à prefeitura desse município, que estão sendo alvos de ameaças e intimidações em decorrência de *fakenews*.

Nº 7.880/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências com vistas ao acompanhamento e à prestação de auxílio às autoridades competentes na investigação dos ataques e ameaças recentemente sofridos pelos cidadãos do Município de Divinópolis Sra. Lohanna França, vereadora, Sr. Warlon Carlos Elias, presidente do Conselho Municipal de Saúde, e Sra. Laiz Soares, ex-candidata à prefeitura desse município.

Nº 7.881/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Delegacia Regional de Polícia Civil em Divinópolis pedido de providências com vistas ao acompanhamento e à prestação de auxílio às autoridades competentes na investigação dos ataques e ameaças recentemente sofridos pelos cidadãos do Município de Divinópolis Sra. Lohanna França, vereadora, Sr. Warlon Carlos Elias, presidente do Conselho Municipal de Saúde, e Laiz Soares, ex-candidata à prefeitura desse município.

Nº 7.882/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para a implementação das medidas decorrentes das sugestões recebidas nos encontros regionais realizados de 15 a 20 de abril, com setores empresariais e representantes dos municípios, no âmbito do Recomeça Minas: oferecer ao contribuinte um prazo de carência para o pagamento dos créditos tributários; propor, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, a alteração do Convênio ICMS nº 17/2021, para permitir o desconto de 95% do crédito tributário com prazo de 12 meses, e não à vista, o aumento para 100% da redução das multas, dos juros e dos encargos para pagamento à vista e o uso de precatórios no pagamento do crédito tributário; permitir que os recursos obtidos com a aprovação do Projeto de Lei nº 2.442/2021 sejam destinados às regiões mais carentes do Estado e à concessão de empréstimos para capital de giro, investimentos, educação, Pronampe Mineiro; criar um auxílio emergencial para empresas, tal como o concedido a pessoas físicas; aumentar o percentual do ICMS turístico; reduzir

a alíquota de ICMS para aquisição de óleo diesel por cooperativas de transporte escolar; conceder isenção de impostos ou postergar o prazo para seu pagamento, bem como afastar multa e juros para pequenos e microempresários; conceder benefícios tributários para a aquisição de insumos e equipamentos para hospitais filantrópicos; conceder isenção da cobrança de ICMS sobre a prestação do serviço de transporte intermunicipal de passageiros, do serviço de transporte escolar e do transporte de turismo; conceder benefício fiscal para reduzir custo de embalagem reciclada e nova, especificamente para o setor de hortifrúti; reduzir alíquota ou isentar dela os medicamentos para combater os efeitos pós-covid e medicamentos de uso contínuo; promover uma isenção tributária em maior escala, com ênfase em benefícios para a aquisição de equipamentos e insumos para o sistema de saúde, para a administração pública municipal; reduzir a alíquota interna de ICMS, com o intuito de aumentar os negócios dentro do próprio Estado e de, em médio e longo prazo, atrair empresas de outros estados para se instalarem em Minas Gerais; alterar a alíquota de ICMS nas operações com gasolina para fins carburantes e com solvente para 25%, e nas operações com álcool para fins carburantes para 13,3%; realizar o julgamento de processos administrativos de forma mais célere; possibilitar a isenção de taxas de cadastro e registro no CBMMG em 2021 e da taxa para análise e vistoria para projetos durante 48 meses; atualizar os valores que podem ser objeto de transferência ou utilização de crédito de ICMS, a que se refere o art. 39 do Anexo VIII do RICMS; permitir a recomposição da conta gráfica do ICMS, caso o contribuinte o solicite; criar programa nos moldes do Estado Solidário, lançado pelo governo do Estado da Bahia, com o objetivo de prover apoio financeiro às famílias de baixa renda no Estado; permitir um encontro de contas das empresas com o Fisco, que lhes permita quitar seus débitos utilizando-se de créditos e precatórios que possuem; estudar a extinção do Difal, conforme decisão do STF; adiar o pagamento do Difal; suspender todas as ações de execução fiscal que versem sobre a cobrança do Difal por 180 dias; ampliar a validade do credenciamento do centro de formação de condutores e de seus profissionais por 36 ou 24 meses; conceder isenção da Taxa de Acesso ao Sistema do Detran para centros de formação de condutores; ampliar a validade de autos de vistoria do Corpo de Bombeiros vencidos durante a pandemia para centros de formação de condutores; implementar o incentivo tributário para a renovação da frota de centros de formação de condutores; e promover gestão para a renovação e o aperfeiçoamento de instrumentos tributários, vencidos e não renovados, de concessão de benefícios fiscais para a indústria automobilística.

Nº 7.883/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de providências para a criação de linha de crédito em condições especiais para as empresas que enfrentam dificuldades devido à crise econômica causada pela pandemia de covid-19, ressaltando-se que essa é uma demanda decorrente dos encontros regionais com setores empresariais e representantes dos municípios, realizados no período de 15 a 20/4/2021, no âmbito do Recomeça Minas, com o objetivo de recolher informações sobre a realidade econômica e social das diversas regiões do Estado e receber sugestões da sociedade para o aperfeiçoamento do projeto.

Nº 7.884/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências com vistas à isenção da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – na importação do medicamento Zolgensma, utilizado no tratamento da atrofia muscular espinhal – AME – e considerado o mais caro do mundo.

Nº 7.885/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os valores e o cronograma de pagamento das indenizações estabelecidas pela Lei nº 23.137, de 2018, destinadas aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, reparação histórica extremamente necessária. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.886/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os senadores e os deputados federais eleitos por Minas Gerais e os deputados estaduais, que relaciona, pela destinação de emendas parlamentares para compra de 645 viaturas para a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG.

Nº 7.887/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal pedido de providências para que se apurem as ameaças feitas ao presidente da República Jair Bolsonaro pelo Sr. Pablo da Silva Imbrósio, autor de diversas publicações em redes sociais nas quais, com veemência, se expressa por meio de frases, como “O meu sonho sempre foi matar o Bolsonaro” e outras, recordando-se que, em 6 de setembro de 2018, o presidente levou uma facada durante um ato de campanha em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Nº 7.888/2021, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG –, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Coordenadoria Estadual das Promotorias de Habitação e Urbanismo, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria-Geral do Estado Gerais pedido de providências para a efetiva revisão dos preços abusivos praticados nos boletos de contas de água contra os moradores dos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida e dos demais programas e políticas públicas, verificando-se os meios possíveis para que as famílias não sejam penalizadas por não conseguirem adimplir com um valor tão exorbitante, desproporcional à própria tarifa do financiamento habitacional, para que suas ligações de água não sejam interrompidas em razão do vencimento desses débitos que fogem completamente à sua possibilidade de pagamento e para que sejam realizados estudos para a efetivação de uma tarifa social que contemple as demandas dessas e de outras populações vulneráveis no Estado, em observância ao Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Direito Humano à Água, bem como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, proclamados pela Organização das Nações Unidas – ONU. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 7.889/2021, do deputado Sávio Souza Cruz, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre a existência de estudos para implantação do Programa de Desligamento Voluntário – PDV –, especificando-se seus fundamentos e o modelo a ser implementado. (– À Mesa da Assembleia.)

### **Comunicações**

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Meio Ambiente e do Trabalho e do deputado Tito Torres.

O presidente – Senhoras deputadas e senhores deputados, a Mesa da Assembleia ressalta a necessidade do uso contínuo da máscara e solicita que a utilizem durante todo o período de permanência no Plenário, inclusive quando fizerem uso da palavra.

### **Oradores Inscritos**

O deputado Raul Belém – Caro presidente, deputado Bernardo Mucida; deputado Charles Santos; servidores desta Casa; público que nos assiste pela TV Assembleia, boa tarde a todos.

A minha vinda à tribuna desta Casa é para falar sobre um projeto que protocolei ontem homenageando o nosso colega, ex-deputado estadual Luiz Humberto Carneiro, com a rodovia que liga a cidade de Uberlândia, sua terra natal, à cidade do Prata, também uma cidade pela qual o deputado Luiz Humberto tinha um carinho enorme. E esse carinho era recíproco por toda a população do Prata, deputado majoritário naquela cidade. É uma rodovia extremamente importante da região do Triângulo Mineiro, a rodovia Uberlândia-Prata, MGC-497.

O deputado Luiz Humberto já vinha fazendo gestões para melhorar as condições dessa rodovia. Nós, que tivemos o privilégio de tê-lo como amigo por toda uma vida, de conhecer o trabalho do Luiz e os seus anseios, sabemos o quanto ele batalhou pela nossa região. Em todo tempo o Luiz buscava uma solução para essa rodovia, até mesmo nesse lote de concessão do Triângulo Mineiro, buscando a possibilidade de incluir essa rodovia nas concessões do Triângulo Mineiro.

Eu estou aqui para poder dizer que é muito importante nós reconhecermos o valor desse companheiro, desse grande líder, desse grande homem público que, com certeza, nos deixa uma saudade profunda, nos deixa um vazio enorme. Mas, com certeza, nós buscamos, através dessa singela homenagem, assim como colocamos o nome do bloco – o Bloco Sou Minas Gerais, bloco onde eu estou como líder – como Bloco Luiz Humberto Carneiro... Agora nós esperamos a tramitação desse projeto para que a rodovia que liga a cidade natal do nosso querido Luiz Humberto à querida cidade do Prata possa levar o seu nome.

Quero anunciar também uma notícia extremamente importante. Toda a honra desta notícia que eu trago hoje a esta tribuna é dada ao nosso saudoso Luiz Humberto Carneiro, que lutou para que isso acontecesse. A rodovia Uberlândia-Prata será toda recuperada pelo governo do Estado de Minas Gerais. Estive conversando com o Fernando Marcato, secretário de Infraestrutura, que me deu essa notícia em primeira mão. Através do trabalho, através da luta do deputado Luiz Humberto, através da solicitação do deputado Luiz Humberto, a rodovia Uberlândia-Prata será recuperada pelo Estado de Minas Gerais.

Então, é muito importante que nós possamos dar celeridade dentro desta Casa ao projeto que trata do acordo da Vale, que é um acordo que envolve recursos importantes que serão utilizados para a infraestrutura no Estado de Minas Gerais; infraestrutura das nossas rodovias que nós sabemos que clamam por reformas e melhorias imediatas. Em Minas, nós temos 853 municípios. É a maior malha viária de todo o País. Nós precisamos cuidar disso e precisamos de recursos para salvar vidas que têm sido perdidas pela condição das nossas estradas; precisamos melhorar a condição de trânsito entre o povo mineiro, e para o povo que passa pelo território de Minas Gerais. As condições das rodovias estão muito precárias.

Nós sabemos – é do conhecimento de todos – da dificuldade financeira fiscal pela qual o Estado de Minas Gerais passa. O Estado tem feito o que pode: tentado tapar buraco e tentado organizar, através de uma gestão eficiente, algumas melhorias nas estradas para elas terem a mínima condição. Mas eu acho que chegou ao limite, e o Estado nos apresenta uma solução que também não é para todo o Estado de Minas Gerais, é para as rodovias em pior estado. Tomara que a gente consiga buscar caminhos e soluções para poder resolver aí, pelo menos, 4.000km de estradas em Minas Gerais que precisam ser recuperadas de uma forma imediata. Acredito que esse valor que está aqui hoje na Assembleia, do acordo da Vale, é algo que é insuficiente. Nós teremos condições de fazer talvez 1.000km. Mas essa é uma questão que nós precisamos pensar unidos com o governo do Estado de Minas Gerais e buscar solução para as rodovias mineiras. É um Estado produtor, um Estado que necessita não só das vias já pavimentadas. Nós também precisamos pensar nas rodovias que não estão pavimentadas, pois são muitas ainda. Há muitos projetos parados, obras paralisadas, projetos que foram paralisados em governos passados. E eu acho que é o momento de retomarmos isso.

É momento de retomarmos esse trabalho para melhorar as condições das rodovias de Minas Gerais e, conseqüentemente, a nossa economia, que é boa parte de agronegócio e que encontra dificuldades em escoar a sua produção. Nós temos aqui também – e acredito que deve ser instalada nos próximos dias ou talvez no próximo mês – a Comissão Pró-Ferrovias, que é coordenada e presidida pelo querido deputado João Leite, que faz um trabalho excepcional. Nós precisamos dessa integração rodovia e ferrovia em Minas Gerais para que nós possamos ser um terreno cada vez mais fértil para aquisição de novos negócios, novos empreendimentos e novos investimentos no Estado de Minas Gerais. Nós precisamos pensar nisso já. E isso requer toda a atenção desta Casa.

Mas o nosso motivo maior é homenagear o querido deputado Luiz Humberto Carneiro, que faz uma falta enorme para nós, que somos colegas, e para todo o povo de Minas Gerais. Eu tenho certeza de que o deputado Luiz Humberto, através da sua atuação e do seu carisma, teve oportunidade de sentir o reconhecimento e o carinho do povo mineiro em vida, em vida. Eu tenho absoluta convicção de que ele se sentia um homem muito querido, respeitado e honrado. Cabe a nós tratarmos com muito carinho esse legado, esse amor que ele deixou por Minas Gerais e pelo povo mineiro. Que Deus abençoe a família do deputado Luiz Humberto, a sua esposa Sara, as suas filhas. Nós esperamos ter oportunidade de fazer essa singela homenagem a um gigante, a um ser humano gigante, a um homem público gigante que merece todo nosso carinho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Parabéns, deputado Raul Belém, pela brilhante e justa homenagem.

O presidente (deputado Charles Santos) – Boa tarde a todos. Com a palavra, para o seu pronunciamento, deputado Bernardo Mucida.

O deputado Bernardo Mucida – Sr. Presidente, deputados e deputadas que estão acompanhando nossa reunião, público que também nos acompanha pelos canais da Assembleia Legislativa de Minas, hoje eu venho até a tribuna da Assembleia para tratar de um tema relevante para o Estado de Minas Gerais que demanda, mais uma vez, a intervenção do governo de Minas e da Assembleia Legislativa. Eu trato aqui especificamente da questão das barragens decorrentes da mineração e das remoções que têm acontecido de pessoas atingidas ou potencialmente atingidas por essas barragens. Eu queria recordar aqui, no ano de 2019, no mês de fevereiro, a comunidade de Socorro, que fica em Barão de Cocais. Ela foi acordada no meio da madrugada pelas sirenes, e essa população teve de abandonar suas casas, seus pertences. Muita gente, naquele momento ali, saiu apavorado, até descalço. A verdade é que, desde então, boa parte dessas pessoas não voltaram para suas casas. São 155 famílias, cerca de 500 pessoas, que foram desalojadas, que ficaram abrigadas em hotéis. Muitas delas ainda lutam para terem as suas indenizações pagas pela Vale – no caso dessa barragem, pela Vale. Amanhã, na sexta-feira, está marcada uma audiência de conciliação no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, exatamente para tratar dessa questão.

Então venho aqui, mais uma vez, para cobrar da Vale, especialmente, que tenha transparência, que tenha agilidade. Não é possível que as famílias possam demorar aí dois anos para poder ter o seu direito restabelecido de ter sossego, de ter uma vida, de ter uma casa. Infelizmente isso tem acontecido.

Agora, ainda na semana passada, eu que sou de Itabira, já disse aqui, fui surpreendido por uma informação que circulou na imprensa local, sobre a remoção de 300 famílias, em dois bairros da cidade, no Bairro Bela Vista e no Bairro Nova Vista. Felizmente, no caso de Itabira, não foi uma remoção feita na correria, pela madrugada, mas também vai impactar diretamente essas famílias. Na segunda-feira, fiz uma reunião com parte dessas famílias que estão na área e que deverão ser removidas, e a remoção, no caso de Itabira, se faz necessária diante da nova legislação que impõe o descomissionamento das barragens, e essa remoção precisa ser feita em acordo com a comunidade. Precisamos aqui proteger a comunidade porque, neste caso, não há dúvida de que é a parte mais vulnerável na relação. Conheço bem o bairro, conheço muitas pessoas que estão lá, e são pessoas que mudaram para essa região nas décadas de 1960, 1970, 1980. Quando mudaram, era um bairro bonito, onde havia uma área com um rio que passava no fundo de suas casas, além de um campo de futebol e, enfim, uma mata. Pouco a pouco a Vale veio ocupando esse terreno, construindo e ampliando suas barragens, e, neste momento, hoje lá se encontra um dos diques da Barragem do Pontal. Seguramente a Barragem do Pontal é uma das maiores barragens do mundo, uma barragem que tem cerca de 220.000.000m<sup>3</sup> de rejeitos. Fazendo uma comparação, a barragem de Brumadinho, que estourou, era uma barragem de 12.000.000m<sup>3</sup>; a Barragem do Pontal é uma barragem quase 20 vezes maior e que deverá ser descomissionada pela Vale.

Qual é o nosso pedido aqui? Em primeiro lugar, obviamente, através da Comissão de Minas e Energia, da qual faço parte, estamos oficiando vários órgãos do Estado, como a Vale e a ANM, pedindo esclarecimentos. Por que falo sobre isso? É porque fui à comunidade para conversar com as pessoas e perguntei a elas: “O que vocês estão sabendo?”. E eles disseram: “Não temos notícia do que vai ser, a gente vive um verdadeiro pesadelo, deputado”. Conheço uma casa que está abaixo do nível da barragem, onde tem uma placa na porta dizendo “rota de fuga”. É uma casa que está a cerca de 30m ou 40m da barragem, e o morador, com muita simplicidade, me disse: “Acho que eles colocaram isso aqui, na porta da minha casa, para me torturar psicologicamente. Não consigo dormir em paz com a minha família aqui porque sei que, se houver um problema na barragem, antes de eu conseguir chegar à porta da minha casa, sei que já serei devorado pela lama”. E esse é um sentimento que, infelizmente, aflige todos aqueles que são vizinhos de barragens. Na verdade, são estruturas que, de fato, precisam ser descomissionadas.

Entendemos que a Vale busca cumprir essa função, mas, ao mesmo tempo, isso tem que ser feito – repito –, com transparência, com agilidade, respeitando os moradores, e com responsabilidade social. Em pleno ano de 2021, cada vez mais, as



empresas, não só no Brasil mas também no mundo todo, precisam ter respeito com as comunidades onde atuam, respeito com o meio ambiente, e respeito com os governos. Cada vez mais, isso é cobrado nas Bolsas de Valores de todo o mundo, e tenho certeza de que a Vale também tem o interesse de atender esses padrões internacionais em suas operações.

Portanto, o que a gente quer aqui é que haja esse respeito, que haja esse relacionamento direto com a comunidade, com total transparência. Finalmente quero também fazer uma solicitação, já que o Município de Itabira, apesar de ser um município com 120 mil habitantes, ele não tem instalada lá uma Defensoria Pública Estadual, que é uma função do Estado de Minas Gerais e que, até então, não está disponível na cidade.

E é fundamental a participação da Defensoria Pública para auxiliar essas famílias. A Defensoria Pública precisa estar ali, porque são famílias que precisam desse apoio exatamente porque não têm o mesmo grau, tanto de informação quanto de assessoria técnica, para negociar de igual para igual com a Vale. É uma grande empresa, uma multinacional – e a gente já disse aqui que ela teve um lucro de R\$30.000.000.000,00 apenas no primeiro trimestre do ano de 2021 – negociando com a pessoa que tem ali a sua casa, negociando com famílias que... Às vezes, moram três, quatro famílias dentro de uma mesma casa, do mesmo terreno. Existe ali a casa principal com um puxadinho, com outro, porque são imóveis que ficam de herança e vão passando... Os filhos vão ocupando aquele espaço. Então este é o nosso pedido aqui: transparência por parte da Vale, aliás, transparência que precisa ser fundamental, que precisa ser ponto central em qualquer relação, sobretudo quando se fala de barragem. Ainda ontem, saiu uma decisão judicial dizendo que a Vale omitiu a existência de 12 barragens no Estado de Minas: 2 delas, inclusive, na Mina de Conceição, que fica em Itabira, mais 5 em Catas Altas, outras em Nova Lima e algumas em outros municípios do nosso estado.

Portanto o que a gente quer aqui, quero reiterar: pedido de transparência, de agilidade, de responsabilidade social por parte da Vale; pedido de acompanhamento, de assessoramento de defesa da Defensoria Pública do Estado de Minas, para que dê o suporte às famílias, com o Ministério Público, que está acompanhando a situação nesse evento que por si só já é traumático. Imagine você deixar sua casa, deixar toda a história ali, os vizinhos. As pessoas moram na casa, e, às vezes, faz décadas que estão lá, que têm uma relação estabelecida de confiança com a vizinhança, gostam do bairro, etc., e terão que ser removidas. Então, nesse momento em que essas famílias, sobretudo, estão extremamente fragilizadas diante da falta de informação, diante da insegurança, da incerteza e da própria barragem que está ali, ao lado, atormentando-as, é fundamental que a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais se faça presente, acompanhe e dê todo o suporte necessário.

Então esse é o meu pedido, um registro que eu faço aqui, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, porque esse tema, muitas vezes, ganha os holofotes no momento das tragédias, mas nós não podemos nos esquecer de que pequenos acontecimentos, no dia a dia, estão afligindo a vida desses moradores. São pequenos acontecimentos que, para a gente, às vezes, pensando no Estado inteiro, podem ser pequenos, mas, para a família que foi removida da sua casa, para aquele que teve que ficar um ano morando em um hotel... Este não está satisfeito, não. Então estou fazendo aqui essa defesa exatamente em nome daqueles que infelizmente ficam esquecidos e que não podem ficar. Então, presidente, eu quero fazer esse registro aqui e agradecer. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Bernardo Mucida, por sua manifestação, por seu pronunciamento.

O presidente (deputado Bernardo Mucida) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, Sr. Presidente Bernardo Mucida; boa tarde aos companheiros e companheiras deputados que estão no Plenário, que estão em participação remota; e boa tarde aos funcionários da Assembleia que estão aí nos apoiando neste dia.

Muito bem. Eu estava assistindo hoje, na parte da manhã, a um trecho, a uma parte dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito do Senado Federal, que está fazendo a CPI no nosso país. Eu fiquei sem entender, eu fiquei extremamente triste e preocupado com o rumo dessa CPI, que é uma CPI na Casa maior do Legislativo brasileiro, no Senado brasileiro. Os nossos senadores

foram escolhidos. Eu fiquei muito, mas muito triste mesmo como brasileiro, pelo menos no tempo em que eu assisti à CPI; pude confirmar a lamentável participação dos senadores brasileiros nessa comissão parlamentar de inquérito.

O senador Renan Calheiros, que é o relator da CPI, estava indagando ao ministro da Saúde, o Marcelo Queiroga, o nosso ministro da Saúde, que assumiu o ministério há, no máximo, 43 dias, 44 dias. O ministro Queiroga foi de uma maneira tão espontânea se colocar à disposição do Senado, se colocar à disposição dos senadores e do povo brasileiro, mostrando essa nova face do enfrentamento à pandemia de Covid. Em vários momentos, ele solicitou o apoio dos senadores, o apoio das autoridades para que nós possamos vencer esta pandemia que já matou mais de 410 mil brasileiros.

O senador Renan expressava e apresentava um semblante, pelo menos do nariz para cima, porque estava de máscara e eu não pude ver e não pude testemunhar se ele estava, em alguns momentos, até sorrindo, mas os seus olhos brilhavam tanto, quando ele insistia em perguntas que nada têm a ver com a atuação do atual ministro Marcelo Queiroga e nada têm a ver com o interesse do povo brasileiro, que é ter acesso a informações de qualidade. Eu achava até que ele conseguia sorrir pelos olhos, quando falava ou tentava colocar na boca do ministro algumas respostas que nada têm a ver com o que nós queremos saber hoje sobre o custo dessa pandemia. O Renan Calheiros mostrava uma ansiedade tão grande em querer atingir o presidente da República, o presidente Bolsonaro, através do atual ministro da Saúde. Perguntava sobre as declarações do ministro Mandetta, que ocorreram no dia 17/2/2020, às 16h43min. Ele perguntava sobre as declarações do ministro Pazuello, que governou, eu acho – para mim –, de uma forma absolutamente equivocada, porque ele não sabe nada de nada sobre ciências, sobre saúde pública, mas ele estava ali cumprindo um papel, embora eu acho que foi uma perda de muito tempo, uma passagem desastrosa pelo ministério.

Mas o que o ministro Marcelo Queiroga tem a ver com as atuações desses ex-ministros que ficaram aí um ano e tanto à frente dos destinos da saúde pública do nosso país? Todas as perguntas eram direcionadas para poder atingir de frente, atingir de impacto o presidente do País, esquecendo-se de aproveitar aquele momento para saber o que pode ser feito, o que nós vamos fazer. É impressionante a cena grotesca, dantesca, que estão apresentando no desenrolar dessa CPI da Covid, lá, em Brasília, no Senado. Estão perdendo um grande tempo de nos apresentar uma proposta mais condizente.

Eu fiquei muito chocado com o que vi hoje e fiquei chocado também com a participação de outros senadores. Você notava, única e exclusivamente, a preocupação em ver o ministro dar declarações diferentes do que pensa o presidente da República. O ministro Queiroga foi de uma felicidade muito grande, de uma lisura muito grande. Ele falava: “Olha, o meu compromisso é o compromisso com o povo brasileiro; o meu compromisso é tentar conseguir mais vacinas; o meu compromisso é fazer com que a gente possa ter menos mortes nessa pandemia e que a gente possa ficar livre dessa pandemia o mais rapidamente possível”.

Presidente, ficou tudo escuro aqui na minha tela. Ah, muito bem.

Então, eu quero, neste momento, cumprimentar o ministro Marcelo Queiroga pelo envolvimento que ele está tendo de uma maneira muito muito competente. Ele é um médico capacitado, é presidente da sociedade brasileira; ele não precisa ocupar esse cargo. Ele está ocupando esse cargo porque eu acho que faltava credibilidade à frente do cargo de ministro da Saúde. O Marcelo Queiroga está ocupando essa posição e para mim ele está sendo impecável na condução da pandemia nesses últimos 40 dias.

Todos nós sabemos que o que falta no Brasil para que a gente vacine 3 milhões de brasileiros por dia são as vacinas. Infelizmente nós não detemos a tecnologia para produzir o insumo farmacêutico ativo aqui no Brasil, nós precisamos da transferência tecnológica da China e da transferência tecnológica através do laboratório chinês da Sinovac e do laboratório da AstraZeneca para também produzirmos a vacina britânica, da União Europeia, aqui no nosso país.

Também fiquei muito sem entender, também muito perplexo com o que ouvi. Eu não assisti às declarações do presidente Bolsonaro quando ele falou em guerra química, quando ele deixou a entender que foi um vírus que foi produzido e foi espalhado pelo mundo todo para produzir o que a gente está vendo aí, essa pandemia que está matando milhões e milhões de seres humanos. Eu acho que o presidente Bolsonaro, se disse realmente tamanha asneira, tamanha besteira, realmente provocou um incidente diplomático entre

o Brasil e o maior produtor da vacina no mundo, que é a China. Nós precisamos que a China envie os insumos farmacêuticos. E isso deu margem para que o governador de São Paulo, o governador Doria, falasse: “Está atrasado o insumo farmacêutico da Coronavac porque o governo chinês não gostou das declarações do Bolsonaro”.

O momento agora, gente, é de recolhermos a nossa... É de cada um de nós repensar o que estamos vivendo nesse momento; é da nossa humildade. Nós temos que entender que o Brasil não é produtor de vacina, ele é simplesmente envasador de uma vacina que vem da China. Nós só seremos produtores da vacina quando nós tivermos a nossa vacina, a vacina brasileira – e temos tecnologia para isso, inclusive aqui em Minas Gerais, através da Universidade Federal de Minas Gerais –, ou se nós recebermos o insumo básico da China, que vem em tonéis – milhares de litros desse insumo. Aí, sim, o Butantan e a Fiocruz vão produzir a vacina, vão envasar essa vacina e vão distribuir essa vacina para a população brasileira.

Eu ouvi ontem também uma declaração do presidente Biden defendendo a quebra de patentes das vacinas que existem hoje no mundo para que os países mais pobres tenham a vacina em quantidade e a tempo de evitar essa carnificina que a gente está vendo aí, essa mortandade sem precedentes de milhões de pessoas no mundo todo. Agora mesmo, a Índia está passando dos 400 mil infectados por dia e vai alcançar tranquilamente um milhão de infectados por dia, 10 mil mortes por dia, porque é um país muito grande e seu povo é muito humilde. A Índia deve ter 800 milhões de indianos que vivem num estado de miserabilidade; tem lá seus 600 ou 800 milhões de pessoas que pertencem a uma classe mais abastada, a uma classe mais privilegiada. Então, as pessoas vão morrer. É muita gente que está aglomerada lá na Índia. Enfim, a gente está vendo o que está acontecendo no mundo todo.

Quebrar a patente desses laboratórios multibilionários, multinacionais e trilionários não é coisa feita de um dia para o outro. Podem até quebrar a patente, mas a tecnologia desses laboratórios que detêm as informações científicas não vai ser repassada. Podem dizer: “Quebrou a patente da Pfizer nos Estados Unidos e a partir de agora o Brasil pode produzir a vacina da Pfizer”. Não é assim que as coisas funcionam. Eu até defendo a quebra da patente, desde que haja transferência de tecnologia.

A França aderiu agora à proposta do Biden, a Organização Mundial de Saúde aderiu à proposta do Biden. Eu acho que os países que têm essa grandeza de entender que a vacina é um bem mundial vão chegar ao ponto de fazer a quebra, de promover a quebra da patente, como aconteceu há alguns anos com medicamentos para o combate à Aids. A gente sabe que isso aconteceu, e aí, sim, o Brasil teve acesso aos medicamentos, para produção desses medicamentos. Mas eu prefiro um bom acordo do que uma atitude tomada de uma maneira muito brusca, porque esses laboratórios que investiram bilhões para produzir a vacina não vão passar isso de uma hora para outra. Vão recorrer à Organização Mundial da Saúde, à Organização das Nações Unidas, às cortes internacionais. E vão passar seis meses, vai passar um ano, vão passar dois anos, vão passar vários anos até que a gente tenha essa tecnologia.

Nós precisamos da vacina agora. Nós precisamos que o presidente repense o que está dizendo. Mesmo que isso tenha, vamos dizer assim, fundos de verdade, indícios de verdade que foi um vírus fabricado, isso ou aquilo, serão décadas para se provar essa afirmação do presidente Bolsonaro. Então nós precisamos da Índia, nós precisamos da China, nós precisamos da transferência da tecnologia, nós precisamos das vacinas que estão prontas para que a gente possa vacinar os nossos irmãos brasileiros. Eu já fui vacinado. Esperei o meu momento. Eu estou com 66 anos de idade, recebi a primeira dose da CoronaVac e, 28 dias depois, recebi a segunda dose, que aconteceu agora, no dia 2 de maio, aqui em Montes Claros. Montes Claros está com a vacinação, vamos dizer assim, bem avançada. E hoje já estamos vacinando as pessoas de 60 anos e vamos iniciar a vacinação das pessoas com comorbidades, mas precisamos ter a vacina.

Então, com todo o respeito que tenho ao presidente Biden, já que ele apoia a quebra das patentes, vamos começar com a quebra da patente da Pfizer, lá dos Estados Unidos; da Moderna, dos Estados Unidos; da AstraZeneca, lá do Reino Unido, que é parceiro dos Estados Unidos, mas que se transfira também a tecnologia. Não adianta a gente fazer parte de um movimento mundial, apoiar o movimento mundial, porque nós vamos ficar muito tempo sem ter acesso a essa tecnologia, mesmo com a patente quebrada.

Então nós precisamos receber os insumos farmacêuticos no Brasil e precisamos, no segundo semestre, produzir esses insumos, para que a vacinação deslanche aqui, no nosso país, e para que possamos vacinar todos os brasileiros e todas as brasileiras. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Parabéns, mais uma vez, pelas relevantes contribuições. Com a palavra para seu pronunciamento, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Presidente, só um instante, porque estou melhorando o áudio. Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputados e deputadas. Acho que é a primeira vez, deputado, que assume a presidência. Quero saudar V. Exa. também e dizer que eu me inscrevi, presidente e colegas, para trazer, para denunciar uma situação grave, uma situação grave que vem se repetindo no Brasil durante anos.

Eu ouvi o seu pronunciamento falando das mineradoras, verdadeiras colonizadoras presentes em terras brasileiras, tirando totalmente a nossa soberania, não contribuindo em nada para a nossa economia, muito pelo contrário, acabam contribuindo para a migração de interessados para dentro do Parlamento para defender às vezes interesses que nem de longe é o interesse do povo.

E eu estou aqui para denunciar isso também. A violência no campo sempre foi um problema, um problema muito sério. Nós estamos às vésperas da data em que foi assinada a Lei Áurea, e um dos principais objetivos de lembrar o 13 de maio é denunciar essa situação no Brasil, um País que leva o nome de uma mercadoria que, durante muito tempo, foi traficada. E toda essa realidade permeia nosso dia a dia, e me afeta, afeta o senhor, afeta todos nós, que é a concentração de terras nas mãos de poucos. O poder ainda está concentrado em meia dúzia de latifundiários, que continuam massacrando pessoas.

Nós temos uma Constituição em que, infelizmente, os artigos que defendem propriedade têm muito mais força do que os artigos que defendem a vida. Tanto é que a gente vê o quanto o Estado se aparelha para defender esses grupos, que nem sequer conseguem comprovar a propriedade da terra, não é? São verdadeiros invasores. Mas, infelizmente, nós temos um Estado que se dobra diante desses latifundiários, desses grileiros, que passam de pai para filho, as mesmas famílias, famílias inclusive que marcaram no corpo dos meus antepassados o nome de suas terras. O sobrenome está marcado no corpo e continua marcando a vida da gente, deixando a gente sempre muito mais vulnerável, num Estado como o Estado de Minas Gerais, em que a concentração de terras também está nas mãos dos mesmos, intocavelmente. Não é questionado pela Justiça, mas movimentos, como o movimento de moradia, o Movimento Sem-Terra, denunciam a falta da reforma agrária, e a reforma agrária como a única saída para, de fato, a gente poder estar na comunidade internacional com um pouco mais de moral. Porque o Brasil está, cada vez mais, perdendo a sua moral, a condição de se apresentar como uma Nação independente nos mercados internacionais.

Nós vimos, esta semana, mais uma vez, como a postura do presidente da República vem fortalecendo as ações de desprezo e de conflitos em setores agrários, e com a falta da reforma agrária. Nós vimos o avanço de debates de reconhecimento de ações de grileiros como ações legítimas, legais, que está sendo debatido em nível federal; mas também o quanto vários indígenas morreram, nesses últimos meses, vítimas de Covid, porque o próprio governo federal não foi capaz de garantir o isolamento dessas terras, que vivem, o tempo todo, sendo atacadas pelos mesmos grupos, os mesmos sobrenomes, que a gente não precisa dizer aqui. E terras quilombolas. Cada vez mais, e eu tenho acompanhado, no Estado de Minas Gerais, a situação deplorável dos povos quilombolas, que, reconhecidos na Constituição de 1988, continuam sendo massacrados, perseguidos por latifundiários, pessoas que têm mais amor ao boi do que a ser humano. Isso é inadmissível. Nós estamos aqui falando de várias mortes, cotidianas, por falta de oxigênio. E há gente ainda que gasta o pouco de oxigênio que respira para defender o agronegócio que mata, mata com veneno, mas também mata com essa ganância de concentração de terra como forma de concentração de poder, sabendo que, depois que vai para debaixo da terra, não leva a terra, não leva nada do que foi concentrado. Mas a gente sabe que há muita gente fazendo isso, e perseguindo os trabalhadores e trabalhadoras.

Desde 2019, a Comissão Pastoral da Terra – e é importante trazer, são relatos inclusive reconhecidos pela Igreja Católica – aponta que o número de assassinatos só aumentou. Então não só o isolamento social mas a pandemia não serviram de conscientização

para que esses grandes latifundiários não continuassem a perseguir, de forma miliciana, trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, que ocupam terras que não cumprem a função social, que estão na ilegalidade, e são perseguidos por esses xerifes que ainda vivem aqui no Estado de Minas Gerais.

Então Minas não fica fora desse cenário nacional de um presidente que estimula a concentração de armas em casa. A gente sabe quem vai estar na mira dessas armas, quem são os colecionadores de armas. Eu pergunto aos meus colegas: quanto custa uma arma? Quando o presidente, publicamente, defende a facilitação da posse, do porte de armas, ele também conversa com um público muito específico, e não é a maioria do povo brasileiro, que é trabalhador. Hoje o povo mal está conseguindo pagar um pacote de arroz.

Então, na noite de terça-feira, colegas deputados, em plena pandemia, com mortes e mais mortes... As pessoas estão morrendo por falta de oxigênio. Estamos vendo artistas... Aqui quero dizer que também sinto muito ao ver que o colega humorista Paulo Gustavo – muito importante na luta para que pudéssemos ter momentos de alegria – perdeu também a vida e comoveu o País inteiro. Estamos vendo que as pessoas estão morrendo por falta de oxigênio.

Nessa quarta-feira, homens armados dispararam tiros em casas de trabalhadores sem-terra que haviam ocupado uma fazenda que se encontrava improdutivo, não cumprindo a função social. Se não cumpre a função social, está na ilegalidade; os fazendeiros não conseguem nem comprovar como é que eles se apossaram dessa terra, porque não há título, é a boa vontade do Estado de manter essas pessoas. No município de Tapiraí, próximo a Bambuí, no Centro-Oeste mineiro, essas famílias tiveram a sua casa invadida durante a madrugada, com criança no colo. Tiveram que se proteger no meio da mata para fugir de invasores que adentraram sua casa, dando tiros. É este o cenário que se desenha no Estado quando o presidente estimula as pessoas a comprarem armas, a saírem distribuindo... Porque eu tenho certeza de que não é o povo trabalhador que está acessando essas armas legalmente.

Mais do que isso: nós estamos discutindo o recomeço da economia, com problemas estruturais antigos, em relação aos quais não conseguimos avançar. Eu estou trazendo aqui toda a minha indignação no meu corpo, na minha voz, no meu tom, para dizer o quanto precisamos, de fato, assumir, nesta Casa Legislativa, que não haverá recomeço enquanto não reconhecermos que a reforma agrária é o grande passo para que o País se desenvolva. A concentração de terra e a concentração de poder só alimentam os conflitos e não dão a resposta concreta de que, neste momento, precisamos, que é garantir incentivo à ciência, incentivo à formação educacional. Nós precisamos de um Estado fortalecido. Para isso, ele precisa distribuir as terras para que as pessoas possam trabalhar, porque nós estamos aqui defendendo trabalhadores e trabalhadoras que tiveram a sua vida ameaçada.

Hoje, na condição de presidenta da Comissão de Direitos Humanos... Mais do que isso: eu milito, há anos, pelo direito à moradia digna, com os diversos acessos a que essas famílias têm direito, como um Estado que seja presente e que não apareça só com a força armada da polícia. Um Estado presente é um Estado garantidor da vida, de acesso à terra, de acesso a bens. A relação que essas pessoas têm com a terra não é uma relação capitalista, não é uma relação de acumulação, porque isso não se leva no caixão. Isto é importante para cada um que está hoje perdendo um ente querido: sabemos muito bem que o que nos mantém de pé não é a capacidade que temos de acumular capital, de acumular poder, mas sim o quanto somos capazes de multiplicar e de dividir. Por isso sou do Partido Socialismo e Liberdade, porque a liberdade que almejamos não chegará enquanto não houver reforma agrária. E é o direito dessas famílias que pretendemos trazer a esta Casa para que elas tenham voz e vez, pois isso é extremamente importante.

Então, no dia 19 deste mês, nós discutiremos essa questão em audiência pública, mais uma vez, abrindo esta Casa para as vozes daqueles que foram silenciados historicamente e que continuam inviabilizados. Porque os debates que estão ocorrendo agora na Câmara Federal com a CPI, os debates que estão ocorrendo nesta Casa que, muitas vezes, deixam debates estruturais de fora, que é o grande conflito que a gente vive com essa concentração de poder e concentração de terras que autorizam as mineradoras a retirarem trabalhadores, pessoas, cidadãos de suas casas. Têm mais poder que o Judiciário porque agem na frente do Judiciário. Têm mais poder que esta Casa Legislativa porque tomam decisões que não passam por esta Casa. Tomam decisões ignorando leis que aprovamos. Então nós precisamos, de fato, discutir questões que são estruturais.

O meu compromisso é trazer cada um desses trabalhadores e trabalhadoras para sim, no formato que esta Casa tiver, eles possam dizer dos desafios que eles enfrentam, caso o Estatuto do Desarmamento venha a contribuir ainda mais para essa violência cotidiana do campo, que é, sim, protagonizada, mantida e alimentada pelo Estado, o Estado-Nação, mas o Estado de Minas Gerais, com as suas forças armadas, continua mantendo e dando legitimidade para as pessoas agirem na ilegalidade, como fora da lei, e mantendo essas terras nas mãos de poucos.

Presidente, eu fecho aqui dizendo que nós, parlamentares eleitos democraticamente, que conhecemos muito bem a lei e a Constituição Cidadã, construída a várias mãos, não podemos permitir e naturalizar que mortes ocorram por concentração de terras nas mãos de pessoas que não dão função social para ela. Isso, sim, faz parte de um processo que nós chamamos de necropolítica, que é quando a gente permite que o Estado atue no sentido de eliminar pessoas, de atacar e de perseguir trabalhadoras e trabalhadores do campo.

Nós estamos aqui para somar força e sempre colocar a minha voz e o meu corpo para denunciar esse absurdo de mais de 500 anos. O nosso país e o nosso estado precisam ter vez e voz para aqueles que, de fato, alteram a conjuntura econômica, social e política. É quem trabalha, é quem tem calo na mão, e esses estão denunciando neste momento o ataque sistemático, contínuo, histórico e permitido pelo Estado. Então me coloco à disposição para construir, sim, processos de conciliação, mas que de forma alguma a gente deixe de fora o Estado de Minas Gerais na reparação histórica de negros e negras e principalmente dos povos originários e dos remanescentes quilombolas, que também estão sofrendo com essa concentração.

Essas são as minhas contribuições nesta tarde, presidente. Eu lhe agradeço.

O deputado Betão – Obrigado, presidente. Boa tarde, presidente; Sras. Deputadas e Srs. Deputados, trabalhadores da Casa que possibilitam a realização do nosso trabalho e a continuidade das nossas atividades parlamentares de forma remota. Cumprimento também todas as pessoas que nos assistem, ao vivo, pela TV e pelos demais canais de comunicação da Assembleia Minas.

Sr. Presidente, em meio a toda essa situação de pandemia, de uma crise geral na gestão da saúde pública, de mortes de muitos mineiros e brasileiros, de uma CPI em Brasília para investigar a atuação do desgoverno Bolsonaro e sua responsabilidade na produção desse verdadeiro genocídio por que passa o nosso país, nós temos ainda importantes temas a serem tratados. Aqui, em Minas, nós não pretendemos deixar a boiada passar e nem deixar de ficarmos atentos a todas as ações que o governo vem realizando. É importante o olhar atento, o olhar fiscalizador do Parlamento e de todas as áreas da gestão pública.

Hoje eu quero usar a palavra, nesta tarde, Sr. Presidente, para tratar da situação que os trabalhadores da Semco, uma empresa terceirizada da Cemig, vêm enfrentando. Chegou ao nosso gabinete, através do Sindieleiro – Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais –, uma denúncia da absurda e lamentável situação dos trabalhadores dessa empresa terceirizada, que estão com seus salários atrasados há três meses.

Vou repetir, presidente: três meses de salário atrasado. É inadmissível, é inaceitável uma situação dessa. A Cemig, ao contratar uma empresa terceirizada, não está completamente isenta do que acontece com os trabalhadores que executam os serviços. O nosso entendimento é que, ao estabelecer contratos de serviços terceirizados, a contratante, no caso, a Cemig, deve prever cláusulas e garantias para o cumprimento de obrigações trabalhistas, de legislações ambientais e de segurança do trabalho e o conjunto de orientações sobre a natureza do serviço a ser executado. Só para os senhores e as senhoras terem uma ideia, os servidores que trabalham em projetos como execução de linhas de transmissão e distribuição em cidades como Pirapora, São Romão, Braúnas, Naque, Salinas, Taiobeiras, dentre diversas outras cidades; são esses trabalhadores que estão com os seus salários atrasados.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento na Comissão do Trabalho para que a Cemig apresente, primeiro, cópia do contrato assinado com a Semco para que possamos identificar as cláusulas que estabelecem as garantias e as obrigações que a contratada deve cumprir em relação a ações trabalhistas e a outras garantias sociais. Nós queremos verificar também se existem cláusulas nesse contrato que permitam à Cemig reter repasse de recursos financeiros para o cumprimento das obrigações

trabalhistas e o pagamento de salários desses trabalhadores terceirizados, porque, se existir, Sr. Presidente, nós vamos acionar a diretoria da empresa para que realize tal ação. Apresentei também um requerimento para que a Cemig informe os valores repassados à Semco nos últimos 12 meses. Nós queremos apurar as obrigações e as responsabilidades de todos os envolvidos nessa situação.

Um outro requerimento ainda é sobre uma audiência pública a ser realizada na Comissão do Trabalho para tratar desse assunto. Nós queremos ouvir a diretoria da Cemig e da Semco sobre os motivos do não pagamento do salário aos trabalhadores. Nós não podemos permitir, Sr. Presidente, que os trabalhos sejam prejudicados e penalizados por uma situação que não é da sua responsabilidade. O nosso mandato está à disposição da luta desses trabalhadores pela defesa dos seus direitos e garantias. Então, mais uma vez, repito, Sr. Presidente: não permitiremos que os trabalhadores e suas famílias sejam prejudicados por erros cometidos, seja na gestão da Cemig ou em suas empresas terceirizadas. É muito comum acontecer este tipo de coisa em empresas terceirizadas, como o não pagamento, por exemplo, no final de ano, de 13º salário, de 1/3 de férias e, muitas vezes, do não pagamento das próprias férias. Isso é muito comum em empresas terceirizadas. Nós vamos cobrar dos gestores da Cemig que a empresa atue no sentido de cumprir a sua responsabilidade social e que zele pelo bem-estar de todos os seus funcionários concursados e terceirizados. As empresas públicas não podem ser coniventes com essa absurda situação. Vamos cobrar com a mesma intensidade com que vamos denunciar as distorções na política de remuneração da Cemig.

Aqui eu abro um parêntese e aproveito para debater uma outra importante questão na gestão dessa empresa. Numa das últimas assembleias de acionistas da empresa, Sr. Presidente, foi aprovado o aumento na remuneração dos salários dos diretores da Cemig, que já não são pequenos. Para que todos possam ter uma ideia, eu estou falando de um diretor da Cemig que tem remuneração global superior a R\$150.000,00 mensais. Essa informação está disponível a todos que desejam confirmar no próprio site da empresa ou mesmo no portal Transparência. No começo da gestão, o governador fez discurso de austeridade, de redução de privilégios, de redução de cargos de gestões. O que a gente está verificando é justamente o oposto. A Cemig alegou que reduziu o número de diretores de 11 para 7, mas essa redução foi só de fachada, já que foram nomeadas sete diretores adjuntos e, mais recentemente, um oitavo adjunto. Portanto a diretoria conta, na prática, com 15 membros. Numa situação dessa, os acionistas estão superfelizes com a gestão da empresa, pois estão enchendo os seus bolsos com repasses de lucros e dividendos; e a diretoria ataca os trabalhadores, corta benefícios, reduz investimentos, e, em contrapartida, realiza ações para agradar os acionistas, que, em troca, autorizam aumento no salário dos diretores.

Então é uma política injusta, Sr. Presidente. Afrouxa e beneficia os de cima, aperta e arrocha aqueles que fazem a máquina funcionar. Nós estamos fazendo uma cobrança firme. É preciso que a diretoria da Cemig tenha uma política justa e coerente em todos os níveis de sua gestão. É preciso que a diretoria da Cemig esteja atenta à situação dos trabalhadores da Semco e cobre da empresa terceirizada o cumprimento da legislação trabalhista e que ela coloque imediatamente em dia o pagamento dos funcionários terceirizados. Por sinal, eles estão diretamente ligados ao atendimento da população mineira. Nós estamos atentos a essa situação e exigimos uma imediata solução para os trabalhadores da Semco. Vamos cobrar, aqui e em todos os espaços, respostas rápidas e imediatas para a solução desse problema.

Então, Sr. Presidente, para poder finalizar, manifesto aqui meu apoio e solidariedade aos trabalhadores da Cemig, concursados e terceirizados, os quais cumprimento na pessoa do companheiro Jefferson Silva, coordenador-geral do Sindieleiro, que tem sido uma voz de resistência e um importante aliado, juntamente com toda a diretoria do sindicato, na luta contra a privatização e pela preservação dos direitos dos trabalhadores.

Nosso mandado está à disposição da luta dos trabalhadores, é o ponto de apoio. Estamos todos juntos. Aqui no Parlamento continuaremos resistindo e lutando por melhores condições de trabalho, por proteção à vida de todos os mineiros neste momento tão delicado que nós estamos enfrentando. Também continuaremos lutando juntos por vacina para todos, por testagem em massa,

defendendo a vida e a manutenção das leis que protegem todos os mineiros. Um forte abraço, presidente, e a todos que estão nos escutando. Força na luta. Obrigado, presidente.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, muito boa tarde. Está me escutando bem?

O presidente – Perfeitamente, deputado.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde aos colegas deputados e deputadas, ao povo mineiro. Hoje estou falando aqui diretamente da nossa querida cidade de João Monlevade, aqui ao lado do companheiro prefeito, Dr. Laércio, colega médico que está fazendo uma belíssima administração aqui na cidade.

Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, povo mineiro, o que me traz aqui hoje para usar esses poucos minutos é a indignação, é a revolta. Estou indignado. Neste espaço da tribuna, na nossa Casa legislativa, em outros espaços de tribuna, em outras casas, e no nosso papel como parlamentar, nós não podemos nos confundir, nós não podemos achar que nós devemos falar o que quisermos e atacar as pessoas da maneira que bem quisermos. Eu estou indignado, caro colega que preside a reunião hoje, Bernardo Mucida. Estou indignado porque, nesta manhã, fui surpreendido. Recebemos um vídeo de um deputado, do deputado federal Leo Motta. Ele fez um vídeo atacando a honra, a honestidade, atacando a honestidade do prefeito Ademir Gobira, da cidade de Almenara. É assim que eles fazem. Nós vimos aí a criação de uma CPI, em nível nacional, para investigar as verbas da Covid. E, para confundir a população, eles querem colocar todo mundo no mesmo barco, governadores e prefeitos.

O deputado usa a fala – não foi na tribuna, mas ele é um parlamentar... Então a gente tem de saber muito bem medir as falas. E aqui eu me dirijo, com respeito, Sr. Deputado, com respeito... Disseram-me inclusive que o senhor é cristão. Eu também sou. O prefeito de Almenara também é.

E a política é sim um espaço também do cristão. O que não devemos confundir é usar a tribuna para fazer dela um altar e vice-versa, mas a política é um lugar de homens e mulheres de bem, e V. Exa. mostrou, num bilhete escrito à caneta, o montante que, segundo V. Exa., Almenara teria recebido para combater a Covid, o montante de verba federal. Mas quero dizer que V. Exa. mentiu. V. Exa. pegou todos os recursos. E digo mais: quem lhe passou os números passou errado porque não foi só aquele número, não. O senhor falou que Almenara recebeu R\$15.000.000,00 para combater a Covid, e o senhor englobou ali todos os recursos que Almenara recebeu, no ano passado, para a saúde; recursos esses que obrigatoriamente Almenara recebe e que todas as cidades recebem também. Então isso é uma mentira. E lhe digo mais: foi mais do que aquele recurso apresentado pelo senhor que ela recebeu para a saúde, e não para combater a pandemia. Almenara recebeu – e o prefeito fez questão de prestar contas – R\$21.814.871,65, está aqui. V. Exa. disse – e se era verdade ou não o que Almenara havia recebido... Antes de procurar a verdade, V. Exa. atacou, atacou, e isso é leviandade; não é correto usarmos do nosso espaço de políticos, de parlamentares, para fazer isso. V. Exa. também disse que queria investigar, e convido V. Exa. a fazer isso. Moro no Vale do Jequitinhonha, já atuei naquela cidade como médico e volta e meia também dou plantão naquela cidade para combater a pandemia, por conta do enfrentamento à pandemia. Então vamos parar com isso. Para tentar esconder política de aglomerações, política de não usar máscaras, política de não vacinação, acha-se melhor confundir a cabeça do povo.

Então quero aqui me dirigir a vocês, com o respeito que tenho a cada morador de Almenara, e dizer que vocês sabem o prefeito que têm. Um prefeito reeleito com 85% da votação da cidade. Vocês sabem o prefeito que têm e o divisor de águas que foi a administração Ademir Gobira e companheiros aliados e aliadas. Vocês sabem. Almenara teve uma política antes e depois do Ademir Gobira, um homem íntegro, honesto, que, pela manhã, está na prefeitura cumprindo o seu trabalho. E agora, Sr. Parlamentar, V. Exa. deveria falar e deveria especificar porque você coloca como se na cidade não houvesse uma medicina ou uma saúde de excelência. Eu o convido: vamos lá, vamos adentrar o Hospital Deraldo Guimarães, vamos adentrar este hospital que faz um belíssimo trabalho; e peço inclusive para o senhor ir de carro, como faço todo final de semana, e não de avião, para que veja as péssimas condições das estradas. E, quem sabe, o senhor, como deputado federal, poderá cobrar do governo federal o que viemos cobrando para a BR-367.



Então, deputado, o senhor foi muito infeliz na sua fala. O senhor foi muito infeliz. Isso é um erro que todos podemos cometer, mas temos que tomar cuidado para não cometer esse erro ao receber determinadas denúncias que, com certeza, são fruto da oposição ao prefeito Ademir Gobira. Ao receber denúncias, não se pode simplesmente atacar. O senhor disse, no seu áudio e no seu vídeo, que queria fiscalizar e que ia apurar, e convido V. Exa. a fazer isso. Vendo o companheiro Mauro Tramonte nos assistindo, o companheiro que trabalha na área do jornalismo, também chamo V. Exa. para irmos lá, juntos, pela estrada, na hora em que o senhor quiser. Faço esse convite. Convido-os a conhecer uma administração séria e honesta, já que temos muitos prefeitos sendo atacados neste momento.

Então, caro companheiro – se assim posso lhe chamar –, em respeito, vamos medir as palavras. Se queria atacar sem ter provas, procurasse saber antes. Estão aqui para todos entenderem. Estão aqui os recursos que Almenara recebeu para a saúde, muitos deles frutos de emenda parlamentar, como nós estamos colocando lá agora, na saúde, mais de R\$1.000.000,00, recurso fruto de emenda parlamentar.

Então, eu quero chamar os colegas deputados e deputadas, independentemente de agremiação partidária, que sabem o papel que o prefeito de Almenara faz, e não concordar, não concordar com esse tipo de política. Há poucos dias, eu vi uma reportagem – e se estou enganado, peço desculpa – em que V. Exa. queria que a Polícia Federal fosse lá fazer cumprir o que um juiz no STF havia dito que era para os templos abrirem, para aglomerar pessoas. Desculpem-me, com todo o respeito, mas não é isso que Deus quer de nós, não. Cada um de nós é um templo, um templo sagrado, com certeza. E nós temos que cuidar de cada um de nós para cuidar também dos outros, daqueles que amamos.

Então, Sr. Presidente, o senhor me desculpe a tonalidade de indignação – a palavra é essa. Muito obrigado.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n.ºs 7.879 a 7.881/2021, da Comissão de Direitos Humanos, 7.882 a 7.884/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira, e 7.886 e 7.887/2021, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### **Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Meio Ambiente – aprovação, na 1ª Reunião Extraordinária, em 5/5/2021, dos Requerimentos n.ºs 7.400/2017, 10.495 e 11.638/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, 3.823/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, 6.662/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes, 6.672 e 7.115/2020, do deputado Coronel Henrique, e 7.170/2020, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Celise Laviola, Delegada Sheila, Ione Pinheiro, Leninha, Marília Campos e Rosângela Reis e dos deputados Noraldino Júnior, Alencar da Silveira Jr., André Quintão, Antonio Carlos Arantes, Betão, Betinho Pinto Coelho, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Cássio Soares, Celinho Sintrocel, Charles Santos, Cleitinho Azevedo, Coronel Henrique, Cristiano Silveira, Dalmo Ribeiro Silva, Delegado Heli Grilo, Doorgal Andrada, Douglas Melo, Duarte Bechir, Elismar Prado, Fábio Avelar de Oliveira, Fernando Pacheco, Gil Pereira, Gustavo Mitre, Gustavo Santana, Gustavo Valadares, Inácio Franco,

João Leite, João Magalhães, Leandro Genaro, Léo Portela, Leonídio Bouças, Luiz Humberto Carneiro, Mário Henrique Caixa, Marquinho Lemos, Mauro Tramonte, Neilando Pimenta, Osvaldo Lopes, Professor Cleiton, Professor Wendel Mesquita, Raul Belém, Repórter Rafael Martins, Roberto Andrade, Sávio Souza Cruz, Tadeu Martins Leite, Thiago Cota, Ulysses Gomes, Virgílio Guimarães, Zé Guilherme e Zé Reis; e

do Trabalho – aprovação, na 1ª Reunião Extraordinária, em 6/5/2021, do Requerimento nº 7.734/2021, do deputado Celinho Sintrocel (Ciente. Publique-se.).

#### **Votação de Requerimentos**

O presidente – Requerimento nº 2.289/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em estudos e índices da qualidade de água disponibilizada à população de Timóteo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Doutor Jean Freire (PT) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Hely Tarquínio (PV) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 9 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 2.291/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais e ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a área de abrangência da futura estação de tratamento de esgoto – ETE –, tanto em Timóteo como em Coronel Fabriciano, indicando as regiões e bairros que estarão sob sua cobertura. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Charles Santos (Republicanos) – Doutor Jean Freire (PT) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 13 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 2.292/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais e ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações consubstanciadas em um balanço de investimentos e ações realizados nos últimos 10 anos em Belo Horizonte, bem como em estudos prontos e em andamento, propostas em discussões e relação de futuros investimentos a serem realizados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Betão (PT) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 12 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 2.817/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações sobre a existência de ações ou de estudos para a instituição de mecanismos de salvaguarda da escultura do Juquinha, situada no Km 117 da Rodovia MG-010, no Município de Santana do Riacho, que integra a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, na qual se insere o Parque Nacional da Serra do Cipó. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Betão (PT) – Charles Santos (Republicanos) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 2.889/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Segurança Pública pedido de informações sobre a quantidade de agentes penitenciários atuando no presídio de Machado, o número de detentos no presídio e se existe alguma previsão de contratação de novos profissionais para atuarem no local. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento, salvo emenda.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Charles Santos (Republicanos) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 19 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 20 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovada a emenda, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.889/2019 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 3.729/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento pedido de informações sobre o modelo administrativo que será adotado no Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, especificando-se se os servidores serão os que trabalham atualmente na instituição, se serão servidores públicos

ou privados, quais alterações e impactos eles sofrerão e como será o contrato de gestão do referido hospital. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Betão (PT) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 3.849/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de informações sobre o planejamento das ações da empresa para a recomposição de seus quadros, notadamente no que se refere aos classificados no último concurso público, tendo em vista a atual situação fiscal do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 18 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 3.936/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – pedido de informações sobre a execução do Programa Pró-Mananciais por essas duas empresas, em que sejam detalhados os municípios onde está sendo realizado, as atividades desenvolvidas por meio dele e os critérios para identificação e seleção dos municípios que serão beneficiados pelo programa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 18 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 6.287/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante do Policiamento Rodoviário de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas na cópia integral de todas as ocorrências de cumprimento de mandado de prisões realizadas por esse órgão nos últimos dois anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do

requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Betão (PT) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – João Magalhães (MDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 6.287/2020 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 7.594/2021, do deputado Bruno Engler, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca do critério de distribuição de vacinas contra a covid-19 adotado para os municípios situados na região do Município de Nova Serrana. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 19 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 7.594/2021 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

### Questão de Ordem

O deputado Cleitinho Azevedo – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os deputados e deputadas, ao público presente aqui, aos servidores desta Casa e à população mineira que nos acompanha pela TV Assembleia.

Venho usar a palavra aqui, agora, Sr. Presidente, pedindo a colaboração, a atenção de todos os deputados, pois passou mais uma semana e a gente ainda não colocou aqui o projeto do acordo da indenização da Vale. Não podemos ficar de joelhos para a Vale. Quero aqui reconhecer o Estado, o governador Romeu Zema, o Ministério Público e o Judiciário, que não se acovardaram pela Vale e fizeram a empresa cumprir essa indenização, que está aqui na Assembleia há quase três meses. Fizeram até cerimônia para o governador mandar esse projeto aqui para nós, deputados, mas já há 3 meses está aqui. E eu estou aqui toda semana falando a mesma coisa e não vejo andamento nenhum para essa questão.

Vejo deputados e deputadas aqui falando sobre a questão de teste em massa e de vacina também, e esse acordo pode ajudar. A gente está falando de hospitais regionais que estão parados, e o valor desse acordo pode ir para os hospitais regionais, como o hospital regional da minha cidade, Divinópolis, que está abandonado há mais de 10 anos, e outros hospitais, como o de Sete Lagoas e o de Teófilo Otôni. Então esse acordo, além de indenizar as famílias de Brumadinho, indenizar as famílias que foram atingidas pela tragédia da Vale, também contempla quase todo o Estado. Então cabe a nós aqui ter esse entendimento.

Peço aqui a atenção dos presidentes das comissões, todas as comissões por onde vai passar esse projeto para poder agilizar isso o mais rápido possível, gente. A gente não pode ficar de joelhos para a Vale aqui, não. Toda semana eu estou falando a mesma

coisa aqui, pedindo a atenção dos deputados. Passou mais uma semana e não adiantou nada. O governo, o secretário de Governo, o Igor, o que eles tinham que fazer eles fizeram. Fizeram o acordo com a Vale e não se ajoelharam, não se acovardaram pela Vale e estão fazendo a Vale pagar esses R\$39.000.000.000,00, que não é mais que obrigação da empresa.

E cabe a nós, deputados, agora, aqui, ter essa atenção e votar. Ou a gente vai ficar de joelho para a Vale aqui? Ou a gente vai aceitar isso aqui? Então a gente precisa dar uma resposta para a sociedade, uma resposta para o Estado, para poder aprovar isso o mais rápido possível.

Então peço aqui a atenção de todos. Sei que o nosso presidente, Agostinho Patrus, quer votar esse projeto. Então cabe a nós, deputados, aqui. Tenho certeza de que o presidente Agostinho Patrus está doido para votar esse projeto o mais rápido possível. Então cabe às comissões que têm esse projeto em mãos fazer o que tem que fazer, e colocar em Plenário, para ser votado.

Outra coisa, gente: algum deputado que quiser votar contra aqui é só votar, é só “sim” ou “não”. Está simples de resolver esse problema da Vale. Quem achar que a Vale não deve indenizar o Estado nos R\$39.000.000.000,00, na hora que vier o projeto aqui, vota “não”. Eu vou votar a favor, porque esse dinheiro é mais que obrigação. E com esse dinheiro, além das famílias que precisam ser indenizadas, como eu disse, há a infraestrutura aí para a área da saúde. Há hospitais que podem ser contemplados agora, e acabar com essa fila de espera. Então vamos olhar isso com carinho. Peço a atenção de todos os deputados, 76 deputados: vamos aprovar esse projeto aqui, do acordo da Vale.

Outra situação que eu quero colocar aqui, Sr. Presidente, que eu acho que é muito importante: está chegando o Dia das Mães, e eu já estou ouvindo falar de muitas mensagens que estão sendo recebidas, falando que, depois do Dia das Mães, o comércio vai fechar de novo, que já está havendo um planejamento para fechar o comércio. Quero deixar bem claro, para prefeitos – inclusive o meu irmão, que é prefeito da minha cidade –, governadores, até o STF, para qualquer político que ficar nessa de fechar o comércio: já foi mostrado que o comércio não é culpado, não é o comércio que propaga vírus. São inconsequentes que não têm amor ao próximo, que não fazem o dever de casa, que fazem o vírus se propagar. Então a culpa não é do comércio.

Então o primeiro passo, para alguém vir me criticar aqui, falando que eu estou sendo genocida, genocidas são pessoas que estão com a geladeira cheia, com a mesa farta, com o salário em dia, e ficam criticando um trabalhador que precisa trabalhar. Você que é um genocida, eu não sou. Eu estou aqui para ter atenção e amor ao próximo, a essas pessoas que precisam trabalhar, que não têm culpa nenhuma sobre essa situação da pandemia. Então o primeiro passo é esse.

O segundo passo, eu quero falar para os políticos, para o STF, para o Judiciário, para prefeito, para governador, para todos: se vocês vierem com essa ladainha de fechar o comércio, abram mão dos seus salários. É muito fácil mandar fechar comércio com salário de vereador em dia, com salário de deputado em dia, com salário de senador em dia, de governador em dia. Aí é muito fácil mandar fechar comércio. Então peço para vocês tomarem vergonha na cara. E para aquela pessoa que vai me criticar, falando aqui que eu quero que o comércio fique aberto, não faça a compra do Dia das Mães, viu? Não saia amanhã, na sexta-feira ou no sábado para fazer compra, já que você é contra o comércio. Os que são contra o comércio são os primeiros a irem ao comércio. Como vão no Dia das Mães agora, para fazer compra de Dia das Mães. Então pare de ser hipócrita e demagogo, e pare de julgar quem precisa trabalhar. Antes de falar que eu sou genocida, você é que é um genocida, que está com a sua geladeira cheia, com a sua mesa farta, com o seu salário em dia, e está culpando inocente que não tem culpa nenhuma desta pandemia. Então, que o comércio fique aberto, e eu vou estar sempre aqui lutando pelo comércio aberto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

### **Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 11, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 11/5/2021.). Levanta-se a reunião.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 6/5/2021, a seguinte comunicação:

Do deputado Tito Torres em que notifica o falecimento do Sr. Paulo da Costa Dias, o Tio Paulo, ex-prefeito municipal de Consolação, ocorrido em 5/5/2021, em Itajubá. (– Ciente. Oficie-se.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 7/5/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 10/5/2021, Andrea Castello Branco Rena, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

nomeando José Geraldo Leão Cangussu, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 33/2021****Número no Siad: 9241841/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Webjur Processamento de Dados Ltda. Objeto: Prestação de serviços de acompanhamento e remessa à Procuradoria-Geral da contratante de publicações em diários oficiais. Objeto do aditamento: 3ª prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: 12 meses, de 11/5/2021 a 10/5/2022 inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001 3.3.90 (10.1).